



38) No que diz respeito às receitas orçamentárias, assinale a alternativa correta:

a) Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes

b) **Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade**

c) Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito

d) Receitas Públicas Originárias são aquelas obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de imposição constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as contribuições especiais.

Letra B) Os recursos arrecadados pelo estado, mas que geram um passivo, ou seja, terão que ser restituídos, posteriormente, são denominados RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS. Assim, tais receitas são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. **Exemplos: Depósitos em Caução, Fianças, Operações de Crédito por ARO, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.**

Vimos todos os conceitos acima em sala.

39) No que se refere às espécies de renúncia de receita, assinale a alternativa correta:

a) A remissão é o perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu

b) A imunidade é a espécie mais usual de renúncia e define-se como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido. Neste caso, o montante da renúncia deve ser considerado no momento da elaboração da estimativa da receita orçamentária

c) **O crédito presumido é aquele que representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria**

d) A anistia é o perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuto da dívida, inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável, probabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo

Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 14, § 1º, **a renúncia de receitas** “compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado”

QUESTÃO RETIRADA DO ITEM 3.6.1.3 DO MANUAL DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO.

Sobre as espécies de renúncia de receita, tem-se que: A **ANISTIA** é o perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu. A anistia não abrange o crédito tributário já em cobrança, em débito para com a Fazenda, cuja incidência também já havia ocorrido. Neste caso, o controle é patrimonial por não envolver fluxo de caixa, provocando a baixa de eventuais ativos já constituídos.

A **REMISSÃO** é o perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuto da dívida, situação difícil que torna impossível ao sujeito passivo solver o débito, inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança, probabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, equidade, etc. Não implica em perdoar a conduta ilícita, concretizada na infração penal, nem em perdoar a sanção aplicada ao contribuinte. Contudo, não se considera renúncia de receita o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança. Neste caso, o controle é patrimonial por não envolver fluxo de caixa, provocando a baixa de eventuais ativos já constituídos.

O **CRÉDITO PRESUMIDO** é aquele que representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria. É o caso dos créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações e prestações destinadas ao exterior¹⁸. Todavia, não é considerada renúncia de receita o crédito real ou tributário do ICMS previsto na legislação instituidora do tributo.

A **ISENÇÃO** é a espécie mais usual de renúncia e define-se como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido. Neste caso, o montante da renúncia será considerado no momento da elaboração da LOA, ou seja, a estimativa da receita orçamentária já contempla a renúncia e, portanto, não há registro orçamentário ou patrimonial.

41) No que se refere ao orçamento público, assinale a alternativa correta:

a) orçamento de desempenho é o processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto. Ele apresenta valores para as despesas com pessoal, material e serviços, sem relacionar os gastos a nenhuma finalidade. Também é conhecido como orçamento clássico

b) orçamento programa é o processo orçamentário que apresenta duas dimensões: o objeto de gasto e o programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas. Esse modelo enfatiza o desempenho organizacional e também é conhecido como orçamento funcional

c) orçamento base-zero é o processo orçamentário elaborado através de ajustes marginais nos seus itens de receita e despesa. Nesse caso, a repetição do orçamento anterior se faz crescer da variação de preços ocorrida no período

d) **orçamento com teto fixo apresenta um critério de alocação de recursos através do estabelecimento de um quantitativo financeiro fixo, obtido mediante a aplicação de um percentual**



único sobre as despesas realizadas em determinado período. Esse percentual único serve de base para que os órgãos/unidades elaborem suas propostas orçamentárias parciais

Questão que teria resposta por exclusão das demais.

- A) Orçamento de Desempenho não é Orçamento Clássico;
- B) Conceito de Orçamento de Desempenho;
- C) Conceito de Orçamento Incremental;

43) Tratando-se de matéria orçamentária, a Constituição veda expressamente:

- a) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que se ajustem aos créditos orçamentários ou adicionais
- b) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes
- c) a instituição de fundos de qualquer natureza, ainda que mediante prévia autorização legislativa
- d) a concessão ou utilização de créditos limitados

Trabalhamos nas diversas questões em sala.

56) A respeito da Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta:

- a) Esta lei estatui normas gerais de direito orçamentário para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal
- b) A lei estatui normas globais de direito para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios
- c) Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal
- d) Estatui normas e regras de direito administrativo para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

57) De acordo com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa incorreta.

- a) O decreto lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada, as metas, as diretrizes e objetivos da administração pública federal
- b) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre as alterações na legislação tributária
- d) O plano plurianual terá vigência de quatro anos

Conceito de PPA lembram. Lei quee não Decreto-lei.

58) Em relação aos princípios orçamentários da Lei 4.320/64, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da especialização, a lei do orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesa de pessoal e material
- b) O princípio do orçamento bruto, todas as receitas e despesas constarão da lei do orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções
- c) O princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa

d) O princípio da universalidade, a lei do orçamento não conterà a discriminação da receita e despesas de forma a não evidenciar a política econômica financeira

Eita caiu princípios, alguém tinha dúvida disso. Vimos em sala nas questões.

59) Conforme a Lei nº 4.320/64, em relação aos créditos adicionais. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Os créditos suplementares, são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. II. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- III. São créditos extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- IV. São créditos suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- d) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas

Eita caiu créditos. Lembram quando falei que ia cair, e com conceitos dentro do esperado.

60) Um determinado órgão público, não havendo dotação orçamentária específica para o mês de setembro de 2018, procedeu à abertura de um crédito adicional no valor de R\$ 40.000,00, para aquisição de um carro. Nos termos da Lei nº 4.320/64, em relação aos créditos adicionais, trata-se de:

- a) Créditos suplementares
- b) Créditos extraordinários
- c) Créditos especiais
- d) Créditos orçamentários

Vimos em sala

61) Sobre Restos a Pagar, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () São as despesas empenhadas e pagas dentro do exercício financeiro.
- () Os restos a pagar podem ser processados e não processados.
- () Os restos a pagar não processados são empenhados, liquidados e não pagos.
- () Os restos a pagar processados são empenhados, não liquidados e não pagos Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
- a) F, V, F, F
- b) V, V, V, V
- c) F, F, F, F
- d) V, F, V, F

Vimos em sala também os conceitos relacionados a Restos a Pagar.

62) Leia abaixo o artigo 165, Parágrafo 2 da Constituição Federal do Brasil. "Art. 165 - § 2º - A _____ compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas _____ para o exercício financeiro _____, orientará a elaboração da _____ disporá sobre alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

- a) Lei Orçamentária Anual/correntes/Atual/Lei das diretrizes orçamentárias



- b) Lei das Diretrizes Orçamentárias/correntes/ subsequente/lei orçamentárias anual
c) Lei Orçamentaria Anual/de capital/atuall/lei das diretrizes orçamentárias
d) Lei das Diretrizes Orçamentárias/de capital/ subsequente/lei orçamentária anual

Ufa!! Caiu conceito de LDO. Foi o que mais falei em sala.

63) De acordo com a Lei nº 4.320/64, sobre as despesas de exercícios anteriores, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São as despesas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria
b) As despesas de exercícios anteriores são extraorçamentárias
c) Poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica
d) São os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercícios correspondente

Vimos em sala que as despesas de exercícios anteriores eram despesas orçamentárias. Lembram da estória do computador???

67) Com relação aos Instrumentos de Planejamento Governamental, analise as informações abaixo, atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) () O ciclo de planejamento e orçamento público brasileiro é composto por várias etapas, sendo três os instrumentos principais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

() O Plano Plurianual (PPA) é elaborado com o objetivo de detalhar as metas e prioridades da administração pública para o próximo ano.

() A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

() A Lei Orçamentária Anual (LOA) obedece os parâmetros definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pelo Plano Plurianual (PPA) e estima as receitas e fixa as despesas de toda a administração pública federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V, V
b) V, V, F, F
c) V, F, F, V
d) V, F, F, F

Conceitos básicos vistos em sala.

68) Para alcançar os objetivos constitucionais estabelecidos no Artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988 de: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; bem como erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais; as diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual (PPA) e demais planos do governo brasileiro foram estabelecidos através do critério de regionalização. Com relação ao critério regionalização, assinale a alternativa correta.

- a) Por macrorregiões
b) Por microrregiões
c) Por estados e municípios
d) Por renda populacional

Conceito de PPA. Vimos em sala.

69) Com relação às Receitas Públicas, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a Lei nº 4.320/64, as receitas podem ser classificadas em três categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas Não Correntes e Receitas de Capital
b) Receitas tributárias, de contribuições e agropecuárias são exemplos de Receitas Correntes
c) Receitas industrial, de serviços e patrimonial são exemplos de Receitas de Capital
d) Receitas de amortização de empréstimos, aleatórias e de superávit do orçamento são Receitas de Capital

Vimos em sala.

70) Estágio da receita orçamentária é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. Com relação aos estágios da receita, assinale a alternativa correta:

- a) Previsão, destinação, arrecadação e recolhimento
b) Lançamento, arrecadação, recolhimento e apropriação
c) Arrecadação, Previsão, lançamento e funcionalidade
d) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento

PRE LAR – fase da receita, lembrem.

71) A respeito de Receitas públicas, analise as afirmativas abaixo atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Quanto à previsão orçamentária, as receitas se classificam em Receitas Orçamentárias e Receitas Extraorçamentárias.

() As receitas extraorçamentárias dependem de autorização legislativa e as receitas orçamentárias independem de autorização administrativa.

() São orçamentárias as receitas que estiverem previstas no orçamento de modo que serão consideradas quando da fixação das despesas públicas

() São extraorçamentárias as receitas que não fazem parte do orçamento de modo que não serão consideradas quando da fixação das despesas públicas. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V, V
b) V, F, V, V
c) V, F, V, F
d) F, F, F, V

Para quem errou cabe recurso, no item I acima, já que as receitas orçamentárias e extraorçamentárias tem por fundamento a classificação quanto a NATUREZA ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA.

Mas, daria para fazer por exclusão.

72) Com relação às Despesas públicas, e assinale a alternativa incorreta.

- a) Quanto à categoria econômica, as despesas públicas podem ser classificadas em despesas correntes e despesas de capital
b) As despesas correntes dividem-se em despesas de custeio e transferências correntes
c) Despesas de capital são as despesas de operação para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas à atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis
d) O valor gasto com obras públicas, equipamentos, instalações e aquisição de imóveis são despesas de capital

Classificação vista em sala.



74) Sobre Restos a Pagar, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro
- b) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e pagas dentro do exercício financeiro
- c) Os restos a pagar são apenas receitas empenhadas e não processadas
- d) Os Restos a Pagar não podem ser demonstrados na proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo

Conceito trabalhado em sala, sem dificuldades.

75) Empenho é um dos estágios da Despesa Pública. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos
- b) Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria
- c) Em casos especiais previsto na legislação específica é permitida a realização de despesa sem prévio empenho
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de recebimento pendente

Para quem errou cabe recurso, pois a questão está com duas alternativas INCORRETAS como solicitada no enunciado.

A alternativa C também está incorreta mediante letra da lei 4.320 :

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

EMFIM, VIMOS 95% DA PROVA DE AFO NA SALA.

ESPERO QUE VOCÊS TENHAM FEITO UMA EXCELENTE PROVA, JÁ QUE O NÍVEL DE DIFICULDADE FOI DE FÁCIL PARA INTERMEDIÁRIO.

Na prova de ANALISTA CABE RECURSO NA QUESTÃO 71 PARA FINS DE ANULAÇÃO, JÁ QUE OS LIMITES DE PESSOAL NÃO ESTAVA PREVISTO NO EDITAL.

NAS DEMAIS NÃO CABEM RECURSOS, E TAMBÉM TEVE O NÍVEL DAS QUESTÕES DE FÁCIL PARA INTERMEDIÁRIO.